

## Sumário

### ARTIGOS DOUTRINÁRIOS

<i>A competência sancionadora das agências reguladoras no Direito brasileiro: breves comentários</i> Heraldo Garcia Vitta .....	15
<i>Da imprescindibilidade de anuência do INPI para homologação de acordo formulado entre autor e réu nas ações de nulidade de marcas, patentes e desenhos industriais</i> Antonio André Muniz Mascarenhas de Souza .....	33
<i>Os direitos do consumidor e os organismos geneticamente modificados</i> Leonardo Estevam de Assis Zanini .....	43
<i>Ambiente contemporâneo, positivismo e juiz ordinário</i> José Carlos Francisco .....	65

### JURISPRUDÊNCIA EM DESTAQUE

<i>Arguição de Inconstitucionalidade. Mandado de Segurança coletivo. Entidades de assistência social. COFINS. Imunidade. Artigo 195, § 7º, da Constituição Federal. Lei Complementar nº 70/1991, art. 6º, III. Isenção. Art. 14, X, da Medida Provisória nº 2158-35/2001. ArgInc 0005632-73.2004.4.03.6102</i> Relatora Desembargadora Federal Cecília Marcondes .....	87
---	----

### COMENTÁRIOS

Clécio Braschi.....	113
Eliane Dorico.....	125
Mauro Spalding.....	131
Rosana Ferri.....	135
Valdeci dos Santos .....	141

**JURISPRUDÊNCIA**

**DIREITO AMBIENTAL**

*Ação civil pública. Proteção ao meio ambiente. Prescrição. Inocorrência. Ocupação e edificação em área de preservação permanente ciliar. Dano ambiental configurado “in re ipsa”. Responsabilidade objetiva e “propter rem” do possuidor.*

AC 0001390-42.2002.4.03.6102

Desembargadora Federal Alda Basto.....151

**DIREITO ADMINISTRATIVO**

*Servidor. Policial rodoviário federal. Adicional de insalubridade ou periculosidade. Necessidade de comprovação de habitualidade e permanência. Laudo.*

ApelReex 0002779-77.2002.4.03.6000

Desembargador Federal André Nekatschalow .....173

*Improbidade administrativa. Dano ao erário. Ação de ressarcimento. Prescrição. Auditor fiscal do tesouro nacional. Grupo especial de fiscalização.*

AC 0029136-51.2003.4.03.6100

Desembargadora Federal Consuelo Yoshida ..... 183

*Responsabilidade civil do Estado. Indenização por danos morais, materiais e estéticos. Atropelamento de transeunte em via férrea.*

AC 0015527-30.2005.4.03.6100

Desembargador Federal André Nabarrete ..... 200

*EBCT. Agência dos correios franqueada. Rescisão indireta do contrato. Legalidade. Desvio de finalidade do contrato. Prevalência do interesse público sobre o particular.*

AMS 0013089-89.2009.4.03.6100

Desembargador Federal Márcio Moraes..... 219

*Conselho Regional de Educação Física. Profissional de boxe. Esporte de combate. Ausência de correlação com a lei. Prova preconstituída. Direito líquido e certo.*

AMS 0015456-52.2010.4.03.6100

Juiz Federal Convocado Roberto Jeuken ..... 227

*Conselho Regional de Educação Física. Ginástica laboral. Possibilidade de atuação por parte dos fisioterapeutas. Livre exercício do trabalho.*

AC 0014755-57.2011.4.03.6100

Desembargadora Federal Cecília Marcondes .....236

*Ação Civil Pública. Pedido de antecipação de tutela. Condenação da União e do Estado de São Paulo a fornecerem aos portadores de hemofilia tipo “A” um determinado medicamento como meio de profilaxia e não sob demanda.*

AI 0039360-34.2011.4.03.0000

Desembargador Federal Johonsom di Salvo ..... 245

*Conselho Federal da OAB. Exercício da advocacia por profissionais egressos da Magistratura. Restrições. Sociedade de advogados.*  
SLAT 0023923-79.2013.4.03.0000  
Desembargador Federal Newton De Lucca .....250

## DIREITO PENAL

*Crime contra o Sistema Financeiro. Gestão temerária. Autoria coletiva. Individualização das condutas. Gerentes de banco. Gestores. Ações em descompasso com regras “interna corporis”. Rolagem de dívidas. Concessão de empréstimos. Ações ousadas. Responsabilização pessoal. Clientes pessoa jurídica. Operações sem lastro. Estelionato.*  
ACr 0000808-67.2000.4.03.6181  
Desembargadora Federal Cecilia Mello ..... 257

*Crime contra o Sistema Financeiro Nacional. Evasão de divisas. Manutenção de depósitos no exterior não declarados. Repartição federal competente.*  
ACr 0006565-95.2007.4.03.6181  
Desembargador Federal Cotrim Guimarães..... 276

*Tráfico internacional de drogas: competência da Justiça Federal. Sentença que afastou a transnacionalidade do delito. Incompetência do juízo para a condenação. Transnacionalidade reconhecida em sede recursal.*  
ACr 0003308-86.2008.4.03.6000  
Juiz Federal Convocado Márcio Mesquita..... 283

*Tráfico de entorpecentes. Causa de diminuição do artigo 33, § 4º, da Lei nº 11.343/2006. Regime de cumprimento. Substituição de pena.*  
ACr 0003664-15.2008.4.03.6119  
Desembargador Federal Peixoto Junior ..... 300

*Crimes de descaminho e falsificação, corrupção, adulteração de produto destinado a fins terapêuticos ou medicinais. Inocorrência de erro sobre elemento de tipo e ilicitude do fato. Atenuante de confissão. Impossibilidade de redução da pena aquém do mínimo legal.*  
ACr 0011193-59.2009.4.03.6181  
Desembargador Federal Antonio Cedenho..... 308

*Exploração de máquinas de caça-níquel. Princípio da consunção. Princípio da insignificância.*  
REsp ACr 0000842-88.2010.4.03.6117  
Desembargadora Federal Salette Nascimento.....317

*Descaminho. Pagamento dos tributos devidos com quantia apreendida em poder do acusado. Extinção da punibilidade. Impossibilidade.*  
HC 0027582-67.2011.4.03.0000  
Desembargador Federal José Lunardelli..... 321

**DIREITO PREVIDENCIÁRIO**

*Pensão por morte. Legislação vigente à época do óbito.*

Ag AC 0002295-95.2002.4.03.6183

Desembargador Federal Nelson Bernardes ..... 329

*Pensão por morte. Dependente maior designado (filha). Pensionista do sexo feminino. Casamento após a vigência da Lei nº 8.213/1991. Aplicação do Decreto nº 89.312/1984. Ausência de direito adquirido.*

REOMS 0000271-36.2004.4.03.6115

Desembargador Federal Souza Ribeiro ..... 342

*Pensão por morte. Menores sob guarda. Óbito após a Lei nº 9.528/1997. Possibilidade. Artigo 33, § 3º, do ECA. Dependência econômica comprovada.*

Ag ApelReex 0002883-34.2005.4.03.6107

Desembargadora Federal Diva Malerbi ..... 347

*Pensão por morte. Ex-combatente. Reversão. Vantagens da Lei nº 4.297/1963. Impossibilidade.*

Ag AC 0006556-44.2005.4.03.6104

Juiz Federal Convocado Douglas Gonzales ..... 354

*Ação Rescisória. Aposentadoria por idade. Trabalhador rural. Violação a literal disposição de lei. Documento novo que asseguraria pronunciamento favorável na demanda subjacente. Rescisão do julgado. Novo julgamento.*

AR 0008924-68.2006.4.03.0000

Desembargadora Federal Daldice Santana ..... 360

*Ação Rescisória. Pensão por morte. Erro de fato. Reexame da causa. Impossibilidade.*

AR 0093195-73.2007.4.03.0000

Desembargadora Federal Marisa Santos ..... 369

*Aposentadoria por invalidez ou auxílio-doença. Não preenchidos os requisitos legais. Decisão fundamentada.*

Ag AC 0002864-86.2008.4.03.6183

Desembargadora Federal Tânia Marangoni ..... 392

*Auxílio-acidente. Restabelecimento. Natureza acidentária. Cumulação com aposentadoria por tempo de contribuição. Competência. Justiça Federal.*

EDcl AC 0004980-31.2009.4.03.6183

Desembargador Federal Walter do Amaral ..... 399

*Benefício assistencial. Artigo 203, V, da CF e Lei nº 8.742/1993. Requisito financeiro estabelecido na lei. STF. Análise do caso concreto.*

Ag AC 0001646-50.2011.4.03.6140

Desembargadora Federal Lucia Ursaia ..... 402

*Concessão do benefício de salário maternidade para o pai das crianças. Abandono materno. Analogia.*

AC 0001684-04.2011.4.03.6127

Desembargador Federal Sérgio Nascimento .....406

*Auxílio-reclusão. Salário de contribuição. Carência.*

AC 0004994-29.2012.4.03.6112

Desembargador Federal Marcelo Saraiva..... 408

*Auxílio doença. Aposentadoria por invalidez. Perda da qualidade de segurado. Não ocorrência. Incapacidade parcial. Livre convencimento motivado. Averiguação das condições pessoais. Possibilidade. Atividade laborativa. Não impedimento. Necessidade de subsistência.*

Ag AC 0033480-03.2012.4.03.9999

Desembargador Federal Baptista Pereira..... 413

*Licença-paternidade nos moldes do salário-maternidade. Concessão da tutela antecipada mantida. Artigos 226 e 227 da CF.*

Ag AI 0036057-75.2012.4.03.0000

Desembargador Federal Fausto De Sanctis..... 421

#### DIREITO PROCESSUAL CIVIL

*Acórdão omisso em parte. Efeitos infringentes. Suficiente decisão de tribunal superior. Ação de indenização. Imissão provisória na posse. Desistência ação de desapropriação. Juros de mora a partir da citação. Honorários advocatícios. Compensação. “Reformatio in pejus”.*

EDcl AC 0041493-49.1992.4.03.6100

Desembargador Federal Nelton dos Santos.....429

*Ação Civil Pública. Defesa interesses individuais homogêneos. Existência de jurisprudência dominante. Possibilidade. Interesse social. Moradia. Caracterização. Cobertura do FCVS.*

Ag AC 0013101-68.2007.4.03.6102

Desembargador Federal Paulo Fontes .....435

*Título executivo garantidor da implantação de pensão por morte cujo instituidor fora funcionário público federal. Sentença rescidenda, em fase de execução, que reconhece a nulidade do processo, desde a citação, diante da ilegitimidade passiva do INSS. Extinção anômala do processo.*

AR 0005847-80.2008.4.03.0000

Desembargadora Federal Therezinha Cazerta .....443

*Embargos à execução. Desapropriação indireta. Realização de nova prova pericial para aferição do valor do imóvel. Vícios na avaliação. Indenização fixada em montante excessivo. Teoria da relativização da coisa julgada. Deferimento da nova perícia.*

AI 0034148-95.2012.4.03.0000

Desembargador Federal Luiz Stefanini .....464

*Mandado de Segurança. Indeferimento da inicial. Agravo Regimental. Ação Penal. Pedido de produção de prova indeferido. Correição Parcial não conhecida. Não configurado ato ilegal, abusivo ou teratológico a justificar a impetração.*

AgRg MS 0010670-24.2013.4.03.0000

Desembargador Federal Mairan Maia ..... 472

**DIREITO PROCESSUAL PENAL**

*Sequestro de aeronaves nos autos de inquérito policial. Crime de descaminho. Entrada de aviões no território nacional com ânimo de permanência sem o pagamento dos tributos devidos. Ultrapassado o prazo de ingresso temporário nomeação de fiel depositário a fim de evitar a deterioração do bem. Fixação de caução mediante fiança bancária.*

ACr 0039361-58.2012.4.03.9999

Juiz Federal Convocado Paulo Domingues ..... 481

*“Habeas Corpus”. Prisão preventiva. Crime contra o INSS (“Operação Agenda”). Reiteração de pedido sob alegação de fatos novos. Possibilidade desde que não se discuta questões já enfrentadas pelo colegiado. Reiteração de conduta do paciente que se evade quando da expedição do mandado de prisão. Risco à aplicação da lei penal novamente caracterizado.*

HC 0023559-10.2013.4.03.0000

Juiz Federal Convocado Fernão Pompêo ..... 491

**DIREITO TRIBUTÁRIO**

*Anulatória de débito fiscal. Contribuições previdenciárias, ao SAT e a terceiros. Decadência quinquenal. Verbas de natureza indenizatória. Não incidência das contribuições. Relação de emprego verificada pela fiscalização do INSS.*

ApelReex 0025354-36.2003.4.03.6100

Juiz Federal Convocado Leonel Ferreira ..... 499

*COFINS. Creditamento. Insumos. Lei nº 10.833/2003 e alterações dadas pela Lei nº 10.865/2004. Legitimidade.*

Ag AMS 0006258-56.2004.4.03.6114

Desembargador Federal Nery Júnior ..... 509

*COFINS. Constitucionalidade da cobrança na forma da Lei Complementar nº 70/1991. Lei nº 9.718/1998, artigo 3º, § 1º. Inconstitucionalidade. Alíquota. Majoração. Constitucionalidade. ICMS. Inclusão na base de cálculo da COFINS e PIS. Legalidade.*

AC 0005170-89.2009.4.03.9999

Desembargadora Federal Marli Ferreira ..... 517

*Parcelamento da Lei nº 11.941/2009 - REFIS. Portaria Conjunta PGN/RFB nº 06/2011. Requisitos à consolidação dos débitos.*

Ag AI 0031895-37.2012.4.03.0000

Desembargadora Federal Mônica Nobre ..... 530

## SENTENÇAS

- Astrazeneca. INPI. Anulação de decisão que indeferiu a concessão de patente.*  
 0009763-92.2007.4.03.6100  
 Juiz Federal Djalma Moreira Gomes..... 539
- Delito previsto no artigo 334, § 1º, “c”, do CP. Posse de várias caixas de cigarros vindos do Paraguai. Finalidade comercial da conduta. Princípio da insignificância: inaplicabilidade.*  
 0010812-10.2008.4.03.6109  
 Juiz Federal Miguel Florestano Neto..... 555
- Condutas tipificadas no artigo 20, § 2º, da Lei nº 7.716/1989. Manifestação de pensamento exarada em fórum da internet, apesar de consistir em indubitável “hate speech”, ou discurso de ódio, não traz risco aumentado de ofensa a bem jurídico inerente ao tipo penal a que ora responde*  
 0005246-24.2009.4.03.6181  
 Juíza Federal Adriana Freisleben de Zanetti ..... 564
- Ação Penal. Supressão ou redução de pagamento de IRPJ E CSLL, mediante omissão de informações quanto às receitas auferidas e prestação de falsas declarações às autoridades fazendárias.*  
 0001920-22.2010.4.03.6181  
 Juiz Federal Toru Yamamoto ..... 568
- Carreira de magistério de ensino básico. Progressão por titulação. Lei nº 11.344/2006.*  
 0002027-75.2011.4.03.6102  
 Juiz Federal David Diniz..... 576
- Execução Fiscal. Cobrança de multa pelo IBAMA. Autuação por posse de pássaros da fauna silvestre. Princípio da razoabilidade.*  
 0050940-42.2011.4.03.6182  
 Juiz Federal Higino Cinacchi Junior ..... 582
- Ação Civil Pública. Autorizações e licenças de queima controlada da palha da cana-de-açúcar nas plantações. Declaração de nulidade e abstenção de conceder novas autorizações na Subseção Judiciária de Piracicaba sem prévia elaboração de EIA/RIMA.*  
 0002693-21.2012.4.03.6109  
 Juíza Federal Daniela Paulovich de Lima ..... 586
- Ação de conhecimento – RRA (Rendimentos recebidos acumuladamente) sobre os quais a não demonstrar a parte autora o seu capital ônus, a sua realidade vencimental a cada mês do ano-base de “indébito” assim afirmado, consistente na soma de tudo ali recebido então com o acréscimo de fração do “atrasado” recebido ao futuro e tributado em IR de uma única vez, este o foco do litígio.*  
 0004065-08.2012.4.03.6108  
 Juiz Federal José Francisco da Silva Neto ..... 607

*Ação Civil Pública. Obrigação de fazer de identificar, cadastrar e demarcar todos os terrenos de marinha e seus acrescidos nos municípios de Caraguatatuba, Ilhabela e São Sebastião, registrando a linha demarcatória e os referidos terrenos de marinha nos cartórios de registro de imóveis competentes.*

0004423-85.2012.4.03.6103

Juiz Federal Ricardo de Castro Nascimento ..... 610

*Embargos à Execução. Cobrança de débitos previdenciários. Sucessão. Grupo econômico em escala global. Falência e negativa de desconsideração da personalidade jurídica na Justiça Estadual.*

0035206-17.2012.4.03.6182

Juiz Federal Renato Lopes Becho ..... 615

*Estágio não obrigatório. Recusa da universidade em assinar o termo de estágio em razão do coeficiente acadêmico do aluno não ser maior ou igual a dois. Ato antieducativo.*

0000114-24.2013.4.03.6317

Juiz Federal Paulo Bueno de Azevedo ..... 627

*Ação Criminal. Tráfico transnacional de substância entorpecente. Prisão em flagrante.*

0000779-79.2013.4.03.6110

Juíza Federal Sylvia Marlene de Castro Figueiredo ..... 630

**SÚMULAS ..... 657**